

Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Arquitetura e urbanismo: patrimônio, sustentabilidade e tecnologia 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizadora: Jeanine Mafra Migliorini

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura e urbanismo: patrimônio, sustentabilidade e tecnologia 2 / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-316-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.160211607>

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra (Organizadora). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A arquitetura desde sua origem é carregada de significado e simbolismo. Desde construções como Stonehenge, uma construção não habitável, estamos cercados de desejos e representações, na maioria das vezes implícitas, sobre o poder do homem diante da natureza e diante dos demais. Essa necessidade de expressão percorre toda história e é atestada pela arquitetura que resiste ao tempo. Basta um olhar mais atento para percebermos os indícios e assim podermos mergulhar em um universo de possibilidades de interpretação dessa arquitetura. Nos artigos apresentados nos deparamos com alguns desses monumentos de resistência da história, testemunhos de um tempo que muito tem a nos dizer, a nos orientar e conduzir por reflexões acerca de nossa realidade, e o que se projeta para o futuro.

O poder da arquitetura sobre nossas atitudes é muito mais amplo do que se percebe em um primeiro olhar, em consequência disso a produção desse espaço merece um cuidado que vai além da decisão da técnica. Produzir um lugar de viver, em qualquer escala, é trabalho que necessita de análises de condições ambientais, tecnológicas e sociais. Perceber o usuário do espaço, entender suas necessidades e muitas vezes limitações cotidianas é fundamental para o trabalho; assim como passando à outra escala, mais ampla, as consequências das decisões sobre o ambiente, quais escolhas e como elas refletem no meio em que vivemos.

Todos esses processos que envolvem a arquitetura e o urbanismo trazem uma grande responsabilidade aos seus produtores, que oferecem consequências imediatas e outras tantas que perdurarão por muito tempo, então é através de um trabalho consciente, amplo em suas reflexões que chegaremos, cada vez mais próximos a um produto equilibrado ambientalmente, socialmente, simbolicamente, que alcance uma das maiores premissas da arquitetura: o equilíbrio entre a forma e a função.

Boa leitura e ótimas reflexões!

Jeanine Mafra Migliorini


SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O RECONHECIMENTO DOS BENS CULTURAIS COMO SUPORTE AO RESTAURO NA ATUALIDADE	
Juliana Cunha Barreto Virginia Pitta Pontual José Manuel Aguiar Portela da Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116071	
CAPÍTULO 2	13
AVALIAÇÃO QUALITATIVA DAS INFORMAÇÕES PARA A CONSERVAÇÃO DE BENS ARQUITETÔNICOS DE ACORDO COM OS TIPOS DE INVENTÁRIOS CIENTÍFICOS NACIONAIS	
Ana Paula Ribeiro de Araujo Ricardo Ferreira Vieira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116072	
CAPÍTULO 3	29
OLINDA, DO MARTÍRIO À GLÓRIA: A HISTÓRIA DA CIDADE MONUMENTO NACIONAL ATRAVÉS DO PROCESSO DE TOMBAMENTO DO IPHAN (1972-1980)	
Camilla Gomes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116073	
CAPÍTULO 4	44
O MERCADO MUNICIPAL DE TAUBATÉ: ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
Claudia Maria de Moraes Santos Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali Valéria Regina Zanetti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116074	
CAPÍTULO 5	54
O TESTEMUNHO DA FORMA - MODIFICAÇÕES DOS EDIFÍCIOS HISTÓRICOS DO BAIRRO DE SÃO JOSÉ	
Maria de Lourdes Carneiro da Cunha Nóbrega	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116075	
CAPÍTULO 6	68
ARQUITETURA SERTANEJA: CONTRIBUTOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL DA REGIÃO SERIDÓ POTIGUAR	
Maria Rita de Lima Assunção	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116076	
CAPÍTULO 7	82
PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO: MAPEAMENTO DAS AÇÕES DO COMITÊ GESTOR NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS TURÍSTICAS QUE SE ARTICULAM COM	

A PRESERVAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO CAIS DO VALONGO

Aline Karina de Araújo Dias

Joseane Paiva Macedo Brandão


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116077>

CAPÍTULO 8..... 99

INCURSÕES POR PAISAGENS ART DÉCO: CONEXÕES SÃO PAULO-BAHIA

Maria Ângela Barreiros Cardoso

Saïde Kahtouni

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116078>


CAPÍTULO 9..... 116

O CONCEITO DE INTEGRIDADE NA CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA

Allana de Deus Peixoto

Carlos Eduardo Luna de Melo

Flaviana Barreto Lira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116079>


CAPÍTULO 10..... 128

CASAS MODERNISTAS COMO PATRIMÔNIO EM CACHOEIRA DO SUL

Ana Elisa Souto

Laline Elisangela Cenci

Renata Venturini Zampieri


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160710>

CAPÍTULO 11..... 139

MODERNISMO EM MACEIÓ: EDIFICAÇÕES ESQUECIDAS DO JARAGUÁ AO CENTRO

Tamires Aleixo Cassella

Letícia Brayner Ramalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160711>


CAPÍTULO 12..... 152

EMIL BERED: HABITAÇÃO COLETIVA MODERNA PORTOALEGRENSE

Angela Cristiane Fagundes

Maitê Trojahn Oliveira

Silvio Belmonte de Abreu Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160712>


CAPÍTULO 13..... 171








ANÁLISE ARQUITETÔNICA DO CLUBE DO TRABALHADOR NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE: TERTULIANO DIONÍSIO, 1962




Vitória Catarine Soares Pereira

Paula Emanuelle Silva Pequeno

Adriana Regina Sarmiento Vieira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160713>

CAPÍTULO 14	184
LIMIARES E DISPUTAS: EXPERIMENTAÇÕES MODERNISTAS NO PLANO AGACHE Thiago Santos Mathias da Fonseca	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160714	
CAPÍTULO 15	199
LA PLAZA DE ARMAS DE SANTIAGO EN EL SIGLO XVIII: ¿PLAZA CÍVICA, ZOCO O TIÁNGUEZ? Mauricio Baros Townsend	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160715	
CAPÍTULO 16	214
(RE)CONHECENDO O ÁGUA LIMPA: O RESGATE DA HISTÓRIA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL Amanda Lopes da Silva Fernanda Vieira da Silva Janaina Faleiro Lucas Mesquita Rafaella Lasmaz Bozetti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160716	
CAPÍTULO 17	225
CIDADES CRIATIVAS E REQUALIFICAÇÃO URBANA: CONSUMO DO ESPAÇO E DINÂMICA SOCIOESPACIAL NA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CORDEIRÓPOLIS (SP) Eduardo Alberto Manfredini	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160717	
CAPÍTULO 18	238
A ARQUITETURA HÍBRIDA – UM PARADIGMA TEÓRICO? Larissa Miranda Kravchenko Pedro Henrique Máximo Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160718	
CAPÍTULO 19	255
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: TRANSFORMAÇÃO DA CLÍNICA TRADICIONAL DE MUNDOS ISOLADOS EM LUGAR DA MULTITERRITORIALIDADE Sarah Gabriela de Carvalho Oliveira José Gustavo Francis Abdalla	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160719	
CAPÍTULO 20	267
AMBIÊNCIA E TERRITÓRIO EM PROJETOS EMERGENCIAIS: OS CASOS DE MARIANA E BRUMADINHO Leonardo Valbão Venancio Bruno Massara Rocha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160720	

CAPÍTULO 21	278
ARQUITETURA DA ALTERIDADE COMO SUBSÍDIO PARA REQUALIFICAÇÃO DE IMÓVEIS VAZIOS NO BAIRRO DE SÃO JOSÉ (LESTE), NO CENTRO DO RECIFE	
Larissa Fonseca da Cunha	
Andrea Melo Lins Storch	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160721	
CAPÍTULO 22	288
DIMENSÃO RIBEIRINHA COMO REFERÊNCIA DE PROJETO DE ARQUITETURA PARA A AMAZÔNIA	
Tainá Marçal dos Santos Menezes	
Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160722	
CAPÍTULO 23	301
ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA NO NORDESTE BRASILEIRO	
Ruana Rafaela Batista Paiva	
Trícia Caroline da Silva Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160723	
SOBRE A ORGANIZADORA	318
ÍNDICE REMISSIVO	319

LIMIARES E DISPUTAS: EXPERIMENTAÇÕES MODERNISTAS NO PLANO AGACHE

Data de aceite: 01/07/2021

Thiago Santos Mathias da Fonseca

Graduação na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense; Pós-Graduando em Patrimônio Cultural pelo CEFET/RJ
Niterói/RJ
<http://lattes.cnpq.br/2879179133428978>

RESUMO: Este artigo versa sobre os conflitos entre os modernistas e academicistas. Para tanto, após uma introdução sobre as duas correntes, será feita a análise de dois projetos modernistas – a sede da Associação Brasileira de Imprensa e a sede do Ministério da Educação e da Saúde – e suas interações com a malha tradicional proposta por Alfred Agache no Centro do Rio de Janeiro. Veremos que as duas propostas, apesar de estarem inseridas conceitualmente no Modernismo, apresentam uma complexa relação com cidade tradicional que vai além da aparente negação, como a historiografia modernista propõe.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanismo. agache. modernismo. arquitetura. projeto.

LIMITS AND DISPUTES: MODERNIST EXPERIMENTS IN AGACHE'S PLAN

ABSTRACT: This article examines the conflicts between the modernists and the academicists. After an introduction on these two currents, the analysis of two modernist projects will be made - the headquarters of the Brazilian Press

Association and the headquarters of the Ministry of Education and Health - and their interactions with the traditional blocks proposed by Alfred Agache in Rio de Janeiro's City Center. We will see that the two proposals, despite being conceptually inserted in Modernism, present a complex relationship with the traditional city that goes beyond the apparent negation, as modernist historiography proposes.

KEYWORDS: Urbanism. agache. modernism. architecture. project.

1 | INTRODUÇÃO

Em 1926, ano em que Prado Júnior assume a Prefeitura do Rio de Janeiro, estava consolidado na cidade o reconhecimento da necessidade de um plano geral: “Era uma obra necessária e inevitável” (Jornal do Brasil, 02/11/1926, apud SILVA, L. 1996). O contexto econômico da capital sofrera transformações (ver Tabela 1): a escassez de produtos gerada pela I Guerra Mundial fomentou o desenvolvimento de indústrias leves, surgindo estabelecimentos industriais de forma mais consistente junto às linhas férreas. Nesse período, ainda que o Brasil fosse essencialmente agrário, a política do Café com Leite vinha enfraquecendo, de modo que a cada crise econômica o capital excedente das exportações era concentrado no então Distrito Federal, onde se investia em indústrias (SANTANA; ALMEIDA, 2014). Tal organização trouxe suporte técnico inédito de portos, ferrovias, eletricidade, etc (ibidem), tornando

imprescindível a reconfiguração do espaço, de forma a potencializar as capacidades econômicas da metrópole.

Assim, em 1927 foi contratado o professor francês Alfred Agache para realização de conferências sobre Urbanismo na cidade¹ e, posteriormente, para a realização de um plano de remodelação para a metrópole². O projeto (AGACHE, 1930) apresenta filiações com a Escola Francesa de Urbanismo, que se auto denominava Urbanismo Formal (LAMAS, 2007), o qual preservava alguns modelos morfológicos e preocupação com a forma oriundas do séc. XIX. Nesse sentido, percebe-se um esforço das elites em alcançar um ideal academicista europeu de modernidade.

O plano caracteriza-se conceitualmente por uma análise monográfica da cidade que tem como produto, muito além da moldagem da volumetria da capital através de quadras de ocupação periférica e pátios internos livres, a proposição de instrumentos normativos que são os responsáveis por operacionalizar a implantação do Plano, de forma que o planejamento tem papel protagonista no partido adotado. Como destaca Vera Rezende, “é evidenciada a sua intenção de ordenamento da cidade, através de atuação a nível físico, usando para isso especialmente o zoneamento (zoning) e também a legislação urbanística” (REZENDE, 1982, p. 43)

Por mais que a proposta nunca tenha sido totalmente implantada, parte dela foi levada a cabo na parte central da cidade, sendo até hoje um referencial importante de projeto urbano na cidade (PEREIRA, M. 1996). Tal área, como veremos adiante, foi, após a chegada do Modernismo, palco de disputas para a hegemonia da corrente no campo da Arquitetura e Urbanismo. São essas disputas que no presente estudo, fruto de pesquisas no âmbito de trabalho de conclusão de curso (FONSECA, 2019), iremos explorar.

2 | EMBATES: A AFIRMAÇÃO DO PARADIGMA MODERNISTA

A partir de 1930, uma outra corrente além da representada por Agache se faz presente no Rio de Janeiro: o Modernismo, que é impulsionada no Brasil não só pelo governo, mas também pela influência estrangeira.

Quando Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930, percebe-se um franco esforço de distanciamento em relação aos paradigmas da República Velha. Isso acontece não apenas no campo político, mas também no âmbito das artes, pretendendo-se demonstrar que o Brasil rumava a partir da revolução política à modernidade e ao progresso. Nesse sentido, o projeto político Pós-1930 propunha-se à construção de uma identidade nacional marcante com a utilização de elementos considerados genuinamente brasileiros (BUENO, 2003).

Assim, o Modernismo, cujo pontapé inicial é marcado pela Semana de Arte Moderna

1 **O Paiz**. Rio de Janeiro, edição 15516, 14.04.1927, p. 1 - “A Futura Phisionomia da Metropole Brasileira”

2 **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: 08 de fevereiro de 1928, edição 10146, p. 1 - “Para embellezar do Rio e gastar empréstimo”.

de 1922, mostrava-se compatível com as pretensões do Estado ao também buscar o resgate de elementos brasileiros. O governo Vargas, compreendendo o fato, utilizou a estratégia de trazer para a esfera institucional várias figuras representantes do movimento, que instrumentaliza a ideia de progresso (SILVA, 2003). Sobre isso, Eduardo Bueno comenta que

Apesar da censura e das perseguições, Vargas, disposto a revelar sua face conciliadora e paternalista, passou a desenvolver uma política sistemática de “assimilação da inteligência nacional”, desenvolvida em especial pelo Ministério da Educação - a princípio sob o comando do jurista Francisco Campos e, depois, de Gustavo Capanema. Nessa repartição trabalharam Drummond (chefe de gabinete) e Augusto Meyer (diretor do Instituto Nacional do Livro), enquanto o Departamento Cultural da Prefeitura de São Paulo era entregue a Mário de Andrade. Ao mesmo tempo, os arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer eram contratados para fazer o novo prédio do Ministério da Educação, cuja decoração foi entregue aos pintores Portinari, Pancetti e Guignard e ao paisagista Burle Marx. Com tais atitudes, Vargas lutava para obter, no mundo das artes, a mesma aceitação [...] que sua política trabalhista. (BUENO, 2003, pp. 340-341).

Lauro Cavalcanti, além de confirmar que o Estado era propício à adoção do Modernismo, nos informa que ele era também um grande cliente:

A arquitetura moderna brasileira se estabelece [...] por meio de encomendas estatais. O Brasil atravessava, na década de 1930, um momento de certa pujança econômica, notabilizando-se um esforço governamental no sentido de sua modernização. O governo de Vargas deseja imprimir sua marca nas formas da capital federal, e elege como uma de suas prioridades a construção de palácios para abrigar ministérios e órgãos públicos da nova administração. (CAVALCANTI, 2006, p. 12)

Portanto, o Modernismo encontrou um campo fértil para sua propagação no país. Nesse contexto, o “Plano de Remodelação, Extensão e Embellezamento” do Rio começou a ser visto com desconfiança pela classe política, uma vez que se tratava de um projeto de autoria estrangeira e acadêmica contratado antes da Revolução de 1930.

Já no cenário arquitetônico, além da predisposição do governo em incluir o Modernismo em suas diversas manifestações na política de Estado, foi fundamental a presença de uma figura protagonista dessa corrente. Em 1929, Le Corbusier veio à América do Sul fazer uma série de explicações relativas aos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM's). A caminho de São Paulo, visitou o Rio de Janeiro onde, convidado por Morales de Los Rios Filho, deu palestra em 08 de novembro na Escola Nacional de Belas Artes com o patrocínio do Instituto Central de Arquitetos (JÚNIOR, 1988).

Ao chegar na cidade, já tinha conhecimento do projeto a ser executado por Agache, por quem sentia pouca simpatia. Como nos explica Margareth Pereira,

seu colega Agache significava uma ameaça e, desde 1927, Le Corbusier se preocupa com a notícia de que este arquiteto - “conhecido por suas concepções românticas e pitorescas” - obtivera a encomenda dos projetos

de expansão do Rio. “(...) ei-lo já com um pé em Planaltina”, lamenta em carta endereçada a Paulo Prado. (PEREIRA, M. 1996, p. 370).

Durante sua estada na cidade, defendeu de forma veemente os princípios da arquitetura e urbanismo modernistas: se os projetos propunham até então um ideal de cidade ao qual se chega através da remodelação, o Modernismo pressupunha uma cidade completamente nova (REZENDE, 2015). Mais do que isso, enquanto Agache propunha um urbanismo voltado para o planejamento, Corbusier tratava a questão sob outro viés, deslocando o foco da cidade para sua forma e função em vez de gestão (REZENDE, 2017).

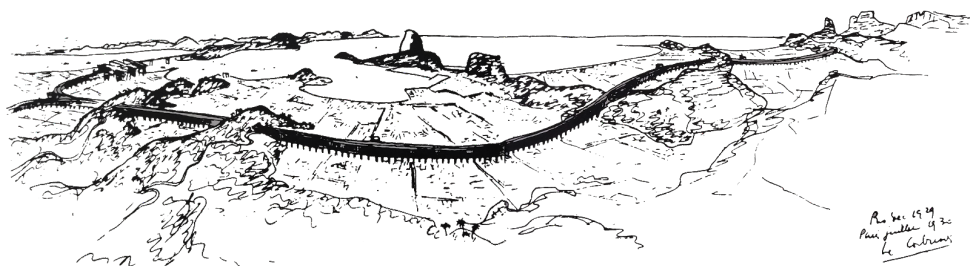


Figura 1: Edifício Viaduto. JÚNIOR, D. 1988.

A diferença de abordagem também se mostra no método projetual. Como já vimos, a perspectiva de Agache parte de um estudo monográfico da cidade, a partir do qual surgem as diretrizes a serem aplicadas. Já Corbusier propõe um olhar “poético que dita ao espírito racional e sensível as linhas de força da concepção” (PEREIRA, M. p. 372), e no Rio começou a trabalhar uma outra escala de observação no seu exercício projetual. O exemplo mais significativo disso é o Edifício Viaduto, idealizado durante seu tempo na metrópole, no qual se percebe que as linhas retas e rígidas comuns à sua produção tornaram-se curvas frente à paisagem montanhosa carioca (figura 1), que impressionou fortemente o arquiteto modernista durante uma viagem de avião oferecida pelo prefeito (JÚNIOR, 1988).

Na ocasião da conferência de 1929, nem todos os brasileiros estavam atentos à magnitude evento. Até Lúcio Costa, que posteriormente se tornou discípulo de Corbusier, comentou que

era inteiramente alienado nessa época, mas fiz questão de ir lá; Cheguei um pouco atrasado e a sala estava toda tomada... Fiquei um pouco e depois desisti e fui embora, inteiramente despreocupado, alheio à premente realidade (REZENDE; AZEVEDO, 2009, p. 6)

Ainda assim, na mesma entrevista concedeu que o evento foi um sucesso: “No Rio, na primeira conferência que fez, em 29, a sala estava cheia, abarrotada. Pessoas interessadas, assim como em qualquer parte onde ele fosse, porque tinha a palavra fácil e precisa” (ZAKIA; 2015).

A estada de Corbusier no Brasil acentua suas impressões sobre o Academicismo representado por Agache, que se apresentava para ele como uma parte do passado a ser superada. Em 1930, por exemplo, em carta a Oswaldo Costa, sobre o plano aprovado em 1930 diz estar “furioso de ver o que se permitia toalmente realizar porque se havia assinado um contrato com uma figura ridícula de cabelos longos que está mesmo à margem da era contemporânea”. (SEGRE, 2010 - tradução livre, sem paginação). Já Agache, ainda que não externalizasse com frequência suas considerações sobre Le Corbusier, comenta certa vez que “era um homem que ‘arrebenta vidraças e cria correntes de ar’. E, na direção desses ventos rumavam fileiras de seguidores” (BARBOSA, 2004 – sem paginação).

Com a Revolução de 1930 e institucionalização do modernismo, a influência exercida por Corbusier aumentou, e seu crédito tornou-se maior entre os arquitetos do que entre os engenheiros, os quais na época ainda compartilhavam campo de trabalho. A isso pode-se atribuir em parte o apelo poético proposto pelo suíço, que tocou de forma mais intensa aqueles que tinham uma formação artística, uma vez que até então o curso de arquitetura era vinculado à Escola de Belas Artes. Já Rodrigo Faria (2015) questiona a influência efetiva de Corbusier no espaço físico da cidade nessa fase, destacando que os engenheiros, articulados à máquina administrativa, agiam através do planejamento, estudos prévios e planos gerais de intervenção, viés que Corbusier não explora de forma tão intensa. Com isso, definem-se dois conflitos: a) entre o Academicismo e o Modernismo enquanto correntes de pensamento; b) entre engenheiros, voltados para o acadêmico e técnico, e os arquitetos, atraídos pelas propostas modernas.

No campo do Urbanismo, a transferência das ideias modernistas demora a se efetivar, uma vez que são de difícil execução na escala de cidade (REZENDE; AZEVEDO, 2009). Dessa forma, o Modernismo chega em um primeiro momento através da arquitetura, apesar das tentativas de consolidação no urbanismo³. Porém, os projetos arquitetônicos se implantavam em uma malha urbana norteada por princípios agachianos, espacializando os conflitos que se deram inicialmente no campo teórico. Nesse sentido, serão explorados dois exemplos que ilustram tais divergências: a sede da Academia Brasileira de Imprensa, que apresenta uma solução conciliatória, e o Palácio Gustavo Capanema, que busca negar totalmente o Plano Agache.

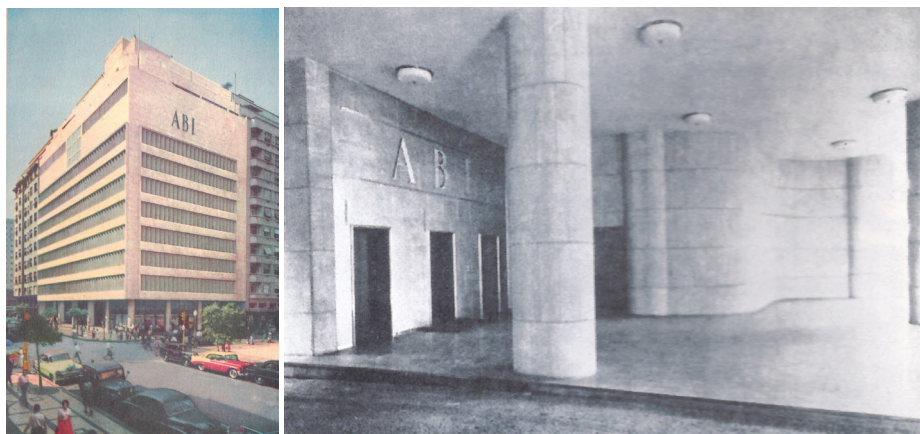
3 | O CASO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE IMPRENSA

Em 1936, a Academia Brasileira de Imprensa instituiu um concurso para o projeto de sua nova sede no Rio de Janeiro. Hebert Moses, presidente da Associação estava, segundo Cláudio Pereira (2002), sincronizado com as correntes vanguardísticas internacionais,

³ Lúcio Costa, ao se tornar diretor da Escola Nacional de Belas Artes em 1930, institui a primeira cadeira de específica de Urbanismo, na qual leciona Atílio Correa Lima (AZEVEDO; COSTA, 2013). A nomeação de Lúcio faz parte da transição entre o academicismo e o modernismo na Escola de Belas Artes, mudança “necessária” na Era Vargas (REZENDE; AZEVEDO, 2009).

tendo mesmo sido intérprete de Frank Lloyd Right na ocasião de suas conferências no Rio de Janeiro em 1931. Ele quem escolheu os integrantes do júri, o qual era composto por associados à A.B.I., arquitetos e membros de órgãos especializados.

O local de implantação do projeto se deu em um terreno cedido pelo prefeito Pedro Ernesto em dezembro de 1935 (PEREIRA, C. 2002). O lote, localizado na esquina da Rua México com a Rua Araújo Porto Alegre, estava em uma das quadras afetadas pelo desmonte do Morro do Castelo, e, portanto, localiza-se em pleno Plano Agache. Na região, mesmo apesar da revogação do Plano em 1934⁴, foram aprovados projetos de alinhamento em conformidade com as diretrizes previstas pelo professor francês em 1930 (REZENDE, 2005).



Figuras 2 e 3: à esquerda, sede da A.B.I., 1958. IPHAN-RJ. À direita, térreo da edificação com a galeria. MINDLIN, 2000.

O interessante de se notar no caso da A.B.I. é como o edifício, ao ter de se adaptar aos parâmetros estabelecidos por Agache em vigor graças aos Projetos de Alinhamentos, é ainda assim um dos mais icônicos representantes do Modernismo, o qual negava de forma veemente a escola de Agache, se apresentando assim na forma de uma arquitetura híbrida.

Inicialmente, pode-se observar que, como o lote se localiza numa esquina, existe uma relação de continuidade com os edifícios adjacentes, que enquadram a rua em uma perspectiva tradicional. Em segundo lugar, verifica-se a presença dos escalonamentos na cobertura, que foram projetados no sentido de potencializar o gabarito numa proporção que não comprometa a qualidade do espaço da rua, como preconizava Agache. Já ao nível do pedestre, nota-se a galeria que dá acesso ao interior da quadra e colunas que se destacam das lojas, estas possivelmente herança das galerias de pedestres.

Estão colocados, portanto, os pontos chave do Plano Agache numa obra modernista. Porém, a distinção da edificação se dá fundamentalmente no tratamento plástico dos seus

⁴ Através do Decreto 4.923, de 30 de junho de 1934.

elementos. Podemos de forma especial destacar o emprego de brises para as fachadas em sua totalidade, de forma que da rua o pedestre quase não percebe as janelas, e que dá à edificação ritmo mais rápido de leitura da fenestração. Ainda assim, essa escolha projetual não contrasta ou entra em conflito com os prédios vizinhos, já que o pé direito era pré-determinado no âmbito da quadra, e linha dos brises continua a seqüência horizontal das janelas adjacentes (figuras 2 e 4).

Já no térreo, em vez das passagens retas tradicionais, os Irmãos Roberto escolheram tratar as superfícies revestidas em pedra de maneira curva (figura 3). Isso transformou o espaço em um local muito mais convidativo do que as simples passagens para o interior da quadra, conferindo à recepção ares monumentais. Também na cobertura acontece algo semelhante: os escalonamentos tiveram tratamento curvo, distinguindo-se por sua leveza.



Figura 4: sede da A.B.I. e seu entorno imediato a partir da cobertura da Biblioteca Nacional, 2017. Percebe-se que, apesar do seu tratamento plástico diferenciado, a edificação se encaixa de forma harmônica no entorno. Autoria própria.

Nesse sentido, cabe resgatar novamente o que diz Cláudio Pereira (2002) em seu estudo: “a multiplicação do plano intermediário da A.B.I. confere proporção dominante ao corpo do edifício, transformando os extremos diferenciados em apropriadas versões modernas do embasamento e em coroamento clássicos” (p. 131). A tal observação, a propósito bastante acertada e sensível, deve ser acrescentada outra: o próprio Plano Agache, na realidade, ao impor três instâncias distintas na volumetria - a galeria térrea, o corpo principal e o terraço escalonado - estabeleceu uma relação com as composições clássicas, o que, levando em consideração a formação acadêmica do autor do Plano, não pode ser mera coincidência. O que ocorre é que os Irmãos Roberto, ao contrário de vários vizinhos na região, ao darem tratamento especial e criativo para cada uma dessas

instâncias, potencializaram a tripartição do volume.

A sede da Associação Brasileira de Imprensa é um dos grandes exemplares do Modernismo no Brasil. Contudo, vê-se que várias das suas características morfológicas e tipológicas são resultantes dos moldes determinados pelo Plano Agache. A isso somou-se a criatividade dos autores para a releitura dos elementos tradicionais, transformando-os em marcos da arquitetura brasileira, e constituindo talvez o exemplar mais significativo do Centro carioca no qual as duas correntes se conciliam sem se negarem mutuamente.

4 | O CASO DO PALÁCIO GUSTAVO CAPANEMA

Já o partido do edifício do Ministério da Educação e da Saúde apresenta um posicionamento completamente distinto em relação à cidade existente. Em 1935, foi aberto um edital para concurso de anteprojetos arquitetura para a nova sede do Ministério, cujo júri era composto, em sua maioria, por membros associados ao academicismo. Segundo Lauro Cavalcanti (2006), a estrutura do edital foi elaborada “a partir de posturas municipais incompatíveis com qualquer inovação. ‘A lei exigia o limite de sete pavimentos alinhados com a quadra interna, os pisos concentrados no centro do terreno devolvido ajardinado para o gozo dos contribuintes’” (p. 35). Logo, eram previstas as normas determinadas por Agache para a área.

“Pax”, o projeto vencedor de autoria de Archimedes Memória (figura 5), apresentava pretensões de estilo marajoara, baseado em inspirações em elementos decorativos encontrados na Ilha de Marajó. Ainda que o volume tenha uma dinâmica própria e maciça, respeita os parâmetros estabelecidos pelas leis municipais. A proposta não agradou ao Ministro Capanema, que informou em carta a Getúlio Vargas a sua insatisfação:

Nenhum desses projetos premiados me parece adequado ao edifício do Ministério da Educação. Não se pode negar o valor dos arquitetos premiados. **Mas exigências municipais tornam difícil a execução de um projeto realmente bom.** Julguei de melhor alvitre mandar fazer novo projeto. Solicito verbalmente a sua autorização. **E pedi à prefeitura municipal que dispensasse as exigências, que impediam a realização de uma bela obra arquitetônica.** Não quis abrir novo concurso... Encarreguei, assim, o arquiteto Lucio Costa da realização do trabalho. (CAVALCANTI, 2009, p. 40 - grifos meus).

Podemos perceber que, para Gustavo Capanema, as diretrizes estabelecidas pelo Plano Agache eram vistas não só como símbolo do atraso, mas também impeditivas de uma boa arquitetura.

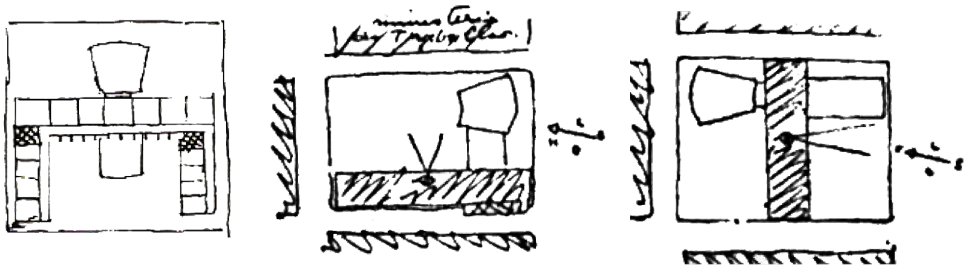


Figura 5: Projeto “PAX” de Archimedes Memória para a sede do Ministério da Saúde e da Educação, 1935. Cortesia de Roberto Segre à “MDC Revista de Arquitetura e Urbanismo”, disponível em: <<https://mdc.arq.br/2012/03/20/antonio-garcia-moya-um-arquiteto-da-semana-de-22/>>; acesso em 27/10/2019.

De toda forma, o restante da história já é amplamente estudado: montando uma equipe, Lúcio Costa convidou Le Corbusier em 1936 para dar consultoria em relação ao projeto, ficando na cidade por quatro semanas. Durante o período, condena o projeto inicial da equipe em forma de U, apelidando-o de “múmia”, propondo uma única lâmina (CAVALCANTI, 2006). Esse foi o risco inicial que a equipe brasileira desenvolveu brilhantemente, e que resultou na edificação que é considerada por muitos a obra máxima do modernismo brasileiro.

A evolução do volume do Palácio Gustavo Capanema é digna de nota. A primeira configuração proposta pela equipe antes da chegada do arquiteto suíço apresentava o formato de U⁵. Ainda que essa disposição demonstre independência em relação aos limites do lote, o pátio lembra em alguma medida os prismas internos das quadras agachianas e, portanto, foi descartado. Já Corbusier, ao propor um único bloco, caminha para a supressão completa de qualquer possibilidade de filiação com a ocupação tradicional de uma quadra (CAVALCANTI, 2006).

5 Entre a Múmia e a proposta de Corbusier para a Quadra F do Castelo, houve uma proposta intermediária para um terreno em Santa Luzia. Entretanto, a hipótese foi descartada em função da impossibilidade de adquirir o terreno da Prefeitura (LISSOVSKY; SÁ, 1996).



Figuras 6, 7 e 8: à esquerda, projeto inicial da equipe brasileira; no centro, a proposta de Le Corbusier; à direita, a proposta final da equipe depois da partida do arquiteto franco-suíço. BORGES, 2008.

No entanto, esse grande bloco único inicialmente estava alinhado com umas das testadas da quadra, fazendo com que, a partir da rua, houvesse um enquadramento clássico da perspectiva, o que não era desejável. Dessa forma, em sua configuração final, a lâmina ficou totalmente isolada no meio da quadra, atravessada por pilotis em um bloco menor nos andares mais baixos.

Aqui, destaco o que interessa para o estudo: o projeto apresenta uma relação intensa com o Plano Agache, ainda que seja de aparente negação. Deve-se sublinhar que volumetrias discutidas propõem como axioma a negação sistemática do seu entorno tradicional e coeso; logo, podemos afirmar que em alguma medida as quadras adjacentes participam da produção das configurações volumétricas da equipe através do desejo de oposição⁶. É razoável inferir que algumas decisões tenham sido tomadas tendo em vista o entorno, como, por exemplo, quando a forma em U é descartada, talvez por remeter aos pátios internos, e quando a proposta de Corbusier é alterada, possivelmente para evitar a formação de uma rua corredor. A presença dos quarteirões próximos é inclusive verificada nos croquis da equipe, que os representa como massas sólidas (figuras 7 a 8). Tal representação nos croquis, no entanto, não deixa de ser instigante, haja vista que na região do Castelo os quarteirões afetados pelos projetos de alinhamento relacionados ao Plano Agache ainda não haviam sido completados. Logo, a equipe, longe de imaginar a edificação num contexto urbano modernista, pressupõe a existência do tecido tradicional no entorno imediato.

⁶ Le Corbusier defende que seu projeto “será como uma pérola no esterco agachiano” (SEGRE, 2010, tradução livre – sem paginação).



Figura 9: o Palácio Gustavo Capanema e quadras tradicionais, formando um oásis. IPHAN-RJ, sem data.

Uma das características mais destacadas do projeto em relação à sua implantação é a sensação de um oásis (figura 9), uma vez que sua implantação isolada no lote foi explorada a partir de uma série de jardins no terreno. Ora, tal percepção espacial depende necessariamente da existência de quarteirões contínuos dos arredores, de forma que a sensação de alívio em relação à cidade densa possa ser plenamente vivenciada. Se o projeto estivesse inserido em uma malha modernista, essa leitura careceria de força e a imponência da edificação se perderia em meio à profusão de espaços livres típicos do urbanismo modernista. Isso pode ser comprovado no próprio local na rua Santa Luzia, onde hoje existe um estacionamento: a partir da perspectiva dessa rua, a implantação do edifício apresenta-se menos potente e se perde em meio ao vazio urbano.



Figura 10: Região do Castelo, 1944. Foto de Epaminondas, IPHAN-RJ. Em primeiro plano, a Biblioteca Nacional, e à esquerda a rua Araújo Porto Alegre. Em segundo plano, a massa edificada do Plano Agache. Percebe-se a relação entre a sede da A.B.I. e o Palácio Gustavo Capanema e o Plano.

Os próprios membros da equipe demonstram ter consciência disso. Reidy, em memorial descritivo do projeto, comenta que

no intuito de manter a padronização prevista no Plano Agache, os edifícios circunvizinhos, destinados à renda, obedecem ou devem obedecer a determinado gabarito, para que os blocos apresentem, uma vez concluídos, certa harmonia. Dispondo, porém, o edifício em projeto de toda uma quadra, não se deverá razoavelmente confundir - por sua própria natureza e finalidades - com os demais, **e sim destacar-se sem esforço do conjunto uniformizado que o emoldura**, tornando-se para tanto conselhável - dentro dos limites impostos pelas regras da arte e do bom senso - a quebra do modelo preestabelecido. (BONDUKI, 1999, p. 52 - grifo meu)

Diferente da sede da A.B.I., as tensões aqui tratadas não se manifestam através de elementos tipológicos ou morfológicos na edificação, mas se faz presente através das discussões entre os autores do projeto e na estratégia do partido, que foi idealizado como um oásis em meio à urbe: o Plano Agache, nesse caso, é uma referência usada para criar contraste e oposição. Sua implantação é reiteradamente deslocada durante a elaboração da proposta com o intuito de negar com veemência a malha tradicional; simultaneamente, a leitura da sua espacialidade depende também da existência do Plano Agache, já que, caso contrário, se perderia na dispersão dos espaços livres. O entendimento dessa relação é necessário para a plena compreensão do significado da construção do prédio, que representou no mais forte símbolo da consolidação do Modernismo no Brasil nos anos 1930 e 1940.

5 | CONCLUSÃO

Percebemos que as relações entre os projetos e a cidade são muito mais complexas que a simples e aparente negação. Se na arquitetura a proeminência modernista faz-se presente a partir de 1930, sua inserção no ambiente urbano perpassou pelo reconhecimento de uma malha já existente e que fez parte da construção do partido dos dois projetos. A apropriação desse espaço não se deu de forma imediata, nem purista, e nem total, de modo que podemos verificar dispositivos que facilitam a tradução de conceitos e princípios no que diz respeito à suas respectivas aplicabilidades na cidade tradicional.

Assim, os embates entre academicistas e modernistas, que no plano teórico se apresentam de forma totalmente antagônica, na urbe se concretizam de modo que os limiares e limites conceituais de ambas as correntes se tornam tênues e, talvez por isso mesmo, ainda mais relevantes.

REFERÊNCIAS

AGACHE, Alfred. **Cidade do Rio de Janeiro: Extensão, Remodelação e Embellezamento**. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

ALENCAR, Aurélia T. S. “Archimedes memória: ‘o futuro ancorado no passado’”. In: **Seminário Docomomo Brasil**, 9., 2011, Brasília.

BARBOSA, Antônio Agenor. A civilização de Corbusier. **Vitruvius: resenhas online**, ano 03, ago. 2004.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991, 2 ed.

BONDUKI, Nabil (Org.). **Afonso Eduardo Reidy**. Série Arquitetos Brasileiros, Lisboa, Blau, Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 1999.

BORGES, Carina R. L. **A artisticidade no Ministério da Educação e da Saúde: do apolíneo ao dionísico**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro: 2008, 110 p.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história**. São Paulo: Ática, 2003, 2. ed.

CAVALCANTI, Lauro. **Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FARIA, Rodrigo Santos de. “O Departamento Nacional de Urbanismo e a Institucionalização do setor de urbanismo no Governo Federal Brasileiro: um contínuo processo histórico”. **Oculum Ensaios**. Campinas: n. 12 [2], págs. 311-333, 2015.

FONSECA, Thiago Santos Mathias da. **Permanências do Plano Agache: discussão, formação e prática da disciplina de Urbanismo no Rio de Janeiro (1927-1945)**. Monografia (graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

GAUDIN, Jean-Pierre. **Desenho e Futuro das Cidades: uma antologia**. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2014, 1ª edição.

JÚNIOR, Donato Mello. **Rio de Janeiro: Planos, Plantas e Aparências**. Rio de Janeiro: Edição da Galeria de Arte do Centro Empresarial Rio, 1988.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007.

LISSOVSKY, Mauricio; SÁ, Paulo Sergio Moraes de (org). **Colunas da Educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde**. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN; Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1996.

MINDLIN, Henrique. **Arquitetura moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora/IPHAN, 2000, 2 ed.

PEREIRA, Cláudio Carovi. "Os Irmãos Roberto e o edifício da A.B.I.: uma história da modernidade arquitetônica brasileira". In: **Revista Arqtexto**. Porto Alegre. N.2 (2002), p. 138-151.

PEREIRA, Margareth da Silva. "Pensando a metrópole moderna: os planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro". In: **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, pp. 363-376.

REZENDE, Vera L. F. M. **Planejamento urbano e ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

REZENDE, Vera L. F. M. A Comissão do Plano da Cidade, um modelo de gestão e um plano de obras para a cidade do Rio de Janeiro. In: **Encontro Nacional da ANPUR**, 9., Salvador, 2005.

REZENDE, Vera L. F. M. "Planos, regulação urbanística e intervenções urbanas no Rio de Janeiro: diferenças entre pensar e produzir a cidade". **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: Mackenzie, 2015.

REZENDE, Vera L. F. M. "Urbanismo e Planejamento no Distrito Federal: debate e investidas de 1920 a 1945". **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: n. 12, págs. 77-99, 2017.

REZENDE, Vera L. F. M.; AZEVEDO, Fernanda. A arquitetura e o urbanismo modernos no Distrito Federal, escolha ou consequência na Era Vargas? In: **8º Docomomo Brasil, Cidade Moderna e Contemporânea: síntese e paradoxo das artes**, 2009, Rio de Janeiro: Docomomo Brasil, 2009.

SANTANA, Fábio T. M.; ALMEIDA, Luciano C. Plano Agache: um projeto de ordenamento territorial na cidade do Rio de Janeiro. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 7., 2014, Vitória. **Anais...** Vitória, 2014.

SEGRE, Roberto. "Rio de Janeiro, século 21: Atualidade do Plano Agache (1927-1930)". **Resenhas Online**, São Paulo, ano 09, n. 099.01, Vitruvius, mar. 2010.

SILVA, Lúcia. "A trajetória de Alfred Donat Agache no Brasil". In: **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, pp. 397-410.

SILVA, Lúcia. **História do Urbanismo no Rio de Janeiro: Administração Municipal, Engenharia e Arquitetura dos anos 1920 à Ditadura Vargas**. E-papers: Rio de Janeiro, 2003.

ZAKIA, Sílvia Palazzi. "Primeira visita de Le Corbusier ao Brasil em 1929 - Uma chegada acidentadíssima!". **Vitruvius: viagem histórica**, ano 09, set. 2015.

SOBRE A ORGANIZADORA

JEANINE MAFRA MIGLIORINI - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em Tecnologia de Design de Interiores e em Tecnologia em Gastronomia pela Unicesumar; Especialista em História, Arte e Cultura, em Docência no Ensino Superior: Tecnologia Educacionais e Inovação e em Projeto de Interiores e Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educadora há treze anos, iniciou na docência nos ensinos fundamental e médio na disciplina de Arte. Atualmente é professora no ensino superior da Unicesumar. Arquiteta e urbanista, desenvolve projetos arquitetônicos. Escolheu a Arquitetura Modernista de Ponta Grossa – PR como objeto de estudo, desde sua graduação.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade arquitetônica 301, 315, 317

Agache 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 197

Arquitetura emergencial 267, 272, 273, 274, 275

Arquitetura moderna 57, 116, 118, 122, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 160, 161, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 182, 183, 186, 197, 242, 244, 299

Arquitetura vernacular 68

C

Conservação urbana 82, 99, 150

Consumo e apropriação espacial 225

D

Desterritorialização 263, 267, 268, 269, 272

Diáspora africana 82, 83, 84, 86, 96

Dimensão ribeirinha 288, 289, 290, 292, 293, 295, 296, 298

Dinâmica da cidade 225

E

Economia criativa 225, 226, 230, 233, 236, 237

Educação patrimonial 91, 92, 96, 97, 214, 216, 217, 220, 221, 223, 224

Espaço urbano 45, 52, 53, 55, 56, 62, 63, 67, 159, 220, 222, 225, 236, 302

Estação ferroviária 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 235, 236, 237

H

Habitação social 278, 284, 286

I

Investigação projetual 128

IPHAN 2, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 69, 70, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 98, 114, 141, 173, 176, 189, 194, 195, 197, 224, 299

M

Mercado municipal 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 112

Modernismo 99, 100, 105, 139, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 195

Monumento nacional 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42

N

Normatização 23, 301, 307, 310

P

Paisagem cultural 54, 69, 99, 108, 150, 151

Paisagem sertaneja 68, 78, 80

Patrimônio cultural 14, 16, 18, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 32, 33, 35, 42, 82, 83, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 99, 100, 105, 113, 118, 126, 137, 176, 184, 214, 216, 218, 221, 237

Patrimônio digital 13, 26

Patrimônio histórico 33, 34, 35, 39, 43, 44, 51, 52, 54, 55, 67, 80, 81, 82, 90, 105, 113, 114, 139, 146, 173, 176, 233

Patrimônio moderno 116, 118, 122, 125, 126, 138, 171

Patrimônio rural 68, 69, 70, 72, 74, 78, 79, 80, 81

Patrimônio urbano 82, 99, 102

Pertencimento 31, 90, 214, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 263, 267, 272, 274, 275

Planejamento urbano 23, 44, 55, 62, 197, 225, 230, 231, 233, 236, 237

Projeto de arquitetura 288, 289, 293, 294, 299, 300

R

Reforma psiquiátrica 255, 256, 261, 262, 264, 265, 266

Representações sociais 44, 51, 52, 264, 275

Requalificação urbana 225, 236, 238

Residência universitária 146, 148, 149, 301, 302, 303, 307, 308, 309

Restauração crítica 1, 2, 4, 8, 10

Rotas culturais 99

T

Técnicas de registro 13, 21, 26

Tombamento 5, 23, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 41, 42, 43, 79, 88, 92, 105, 114

Turismo cultural 37, 82, 83, 90, 96, 98, 99

Turismo étnico- afro 82, 83, 84, 96

U


Urbanismo 12, 13, 14, 80, 85, 99, 108, 113, 114, 116, 126, 127, 128, 129, 137, 139, 140, 150, 151, 163, 171, 172, 174, 183, 184, 185, 187, 188, 192, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 204, 206, 212, 213, 214, 216, 217, 238, 240, 247, 254, 256, 260, 265, 287, 288, 294, 298, 299, 318

Urbanismo colonial 199, 204


Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

 www.arenaeditora.com.br

 contato@arenaeditora.com.br


 [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)

 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br